# Projeto prevê avanços para a cultura em BH

**Assunto:**
MUDANÇAS FAVORÁVEIS

*PL sobre fomento à cultura é elogiado em audiência - Foto: Rafa Aguiar*

**O Projeto de Lei 1871/16, que dispõe sobre a política municipal de fomento à cultura, bem como o fim do Ministério da Cultura (MinC) pelo governo interino de Michel Temer foram discutidos em audiência pública da Comissão de Educação e Cultura nesta quinta-feira (19/5). Enquanto o projeto foi elogiado por trazer avanços para o setor em Belo Horizonte, a extinção do MinC foi classificada como retrocesso. O vereador Arnaldo Godoy (PT), que requereu a audiência, destacou que o PL é resultado de ampla participação popular, uma vez que sistematiza os pontos aprovados nas Conferências Municipais de Cultura. Arnaldo salientou que o projeto torna ?mais moderna, mais eficaz, mais transparente? a política de fomento à cultura no município e disse esperar que a matéria seja apreciada em Plenário já no mês de junho.**

Entre os avanços trazidos pelo projeto, o gerente do Departamento de Fomento da Fundação Municipal de Cultura, Murilo Pereira, destaca a descentralização na aplicação de recursos. O PL estabelece que cada regional receberá, no mínimo, 3% dos recursos da Lei Municipal de Fomento à Cultura. Segundo ele, ?já houve anos em que algumas regiões não receberam nada?.

Outra mudança é a possibilidade de serem constituídas comissões setoriais para análise das propostas e projetos que pleiteiam os recursos financeiros destinados à cultura. Murilo Pereira explica que o PL permitirá que sejam criadas comissões específicas para avaliar projetos por áreas, como, por exemplo, audiovisual, cultura popular e hip hop. Atualmente uma única comissão, formada por pessoas de diferentes áreas, decide a destinação dos recursos da lei.

O PL também prevê que o Plano Bianual de Financiamento à Cultura, um documento que planeja a política de investimentos do Fundo Municipal de Cultura e o Incentivo Fiscal para os dois anos seguintes ao da sua elaboração, seja previamente aprovado pelo Conselho Municipal de Política Cultural. O órgão é constituído por 30 membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo 15 representantes eleitos pela sociedade civil e 15 membros designados pelo

Poder Executivo Municipal, cuja principal atribuição é avaliar e definir diretrizes para as ações públicas da política de cultura de Belo Horizonte. O vereador Arnaldo Godoy destacou que o PL 1871/16 empodera o conselho e aumenta a participação da sociedade na destinação dos recursos municipais. O PL já pode ser apreciado em Plenário em 1º turno e, antes de poder ser encaminhado para análise do prefeito, precisa do voto favorável de 28 parlamentares em dois turnos.

**Fim do Ministério da Cultura**

A presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão do Estado de Minas Gerais, Magdalena Rodrigues, criticou a extinção do MinC pelo presidente interino Michel Temer e defendeu a mobilização da categoria contra a medida. Ela destacou que ?a cultura é a alma de um povo? e falou da necessidade de que a sociedade como um todo seja envolvida na luta pelo retorno do MinC e pela valorização das políticas culturais. A artista defendeu, ainda, a realização de uma campanha para que a população entenda a relevância das políticas culturais. Essa seria uma das respostas às manifestações de apoio à extinção do Minc.

O vereador Arnaldo Godoy destacou que o movimento contra a extinção do Ministério da Cultura não se reduz a artistas e tem obtido apoio de outros setores da sociedade. Ele observou que a ocupação da sede da Fundação Nacional de Artes (Funarte), em Belo Horizonte, por manifestantes, principalmente ligados à área da cultura, tem recebido apoio de movimentos sociais que lutam em outros segmentos. Ainda de acordo com o parlamentar, as manifestações de indivíduos favoráveis ao fim da pasta provêm do ?ódio de elite que encontra nas redes sociais espaço para se manifestar?. Ele destacou que o Brasil tem uma ?elite branca e reacionária? que apoia não apenas o fim do MinC, como também outras medidas discutidas pelo governo interino, como a redução do Sistema Único de Saúde, dos direitos trabalhistas e previdenciários. No entanto, o parlamentar acredita que a mobilização da sociedade conseguirá reverter medidas considerados por ele como retrocesso, caso da extinção do MinC. Godoy também afirmou que irá articular uma moção de repúdio ao fim do ministério.

***Superintendência de Comunicação Institucional***

**Data publicação:**
Quinta-Feira, 19 Maio, 2016 - 00:00